

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA: VELHO PERCURSO – AGENDA NOVA

Regina Zilberman*

RESUMO: *A história da literatura brasileira, desde o Romantismo até recentemente, conserva a aspiração de responder pela nacionalidade da literatura do país. O esgotamento desse paradigma e a proposta de uma nova agenda supõem a necessidade de pensar a história da literatura desde a materialidade da produção literária.*

PALAVRAS-CHAVE: *História da literatura; Romantismo; caráter nacional; materialidade.*

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente.

Karl Friedrich Philipp von Martius¹

1. Como se fora um conto de fadas

Era uma vez uma jovem que fazia sua primeira aparição na cultura de nosso país – a história da literatura

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

¹ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 6 (24), p. 389-411, jan. 1845.

brasileira. Seu nascimento havia sido anunciado perante aristocrática platéia, a saber, os sócios do Instituto Histórico de Paris, a quem, em reunião solene, datada de 1834, seu futuro genitor, Domingos José Gonçalves de Magalhães, participa a gestação em curso:

O prêmio que obtenho antes de luta”, disse o Sr. Magalhães, membro da terceira classe, “serviu-me de incentivo para terminar uma empresa difícil, a que me dediquei há muito, a de escrever a história literária do Brasil. Os documentos esparsos que me cabe consultar, por não existir nenhuma história literária do país, exigem muito tempo e estudo, se queremos reuni-los, compará-los e extrair deles alguma coisa nova.”²

Muitos meses depois, o rapaz ainda labuta para chegar ao resultado desejado, conforme confessa a seu mentor intelectual, que reside no Brasil, o padre Monte Alverne, em carta de janeiro de 1836: “A História da Literatura no Brasil seriamente me ocupa, desespero com a falta de documentos”.³ No mesmo ano, contudo, o primeiro volume da revista *Niterói*, periódico editado na capital da França que lançou as bases do Romantismo brasileiro, estampa ambicioso estudo, em que o autor pretende expor o “verdadeiro quadro histórico de nossa literatura”.⁴

Na ocasião em que se colocava a pedra fundamental do Romantismo nativo, aparecia seu primeiro rebento – a história literá-

² Resumo da história da literatura, das ciências e das artes no Brasil. Por três brasileiros, membros do Instituto Histórico. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 5, n. 2, p. 10. ago. 1999.

³ PORTO ALEGRE – GONÇALVES DE MAGALHÃES. (1964). *Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, p. 62.

⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Estudo preliminar. *Niterói* – Revista Brasiliense, Paris, Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Edição facsimilada patrocinada pela Academia Paulista de Letras, em 1978, p. 135. Cf. também MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Estudo preliminar. In: ZILBERMAN & MOREIRA, 1999, p. 30. As demais citações procedem desta edição.

ria, com a missão de narrar “como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual, e pesquisando o espírito que [...] presidia” a tradição.⁵ O movimento literário tinha como meta criar a poesia, o teatro e a ficção autenticamente nacionais; uma de suas primeiras manifestações, contudo, coincidia com a busca do passado, investigando o que poderia constituir a trajetória da cultura brasileira.

A gravidez aparentemente demorada de Gonçalves de Magalhães dera à luz um par de gêmeos – a literatura e o gênero destinado a narrar seu percurso no tempo.

Que nenhuma dessas crianças existia antes, esmera-se o ensaísta em comprovar. Primeiramente rejeita experiências anteriores associadas à historiografia da literatura, não porque ela tenha deixado de ser executada, mas porque “nenhum nacional, que nós conheçamos, ocupado se tem até hoje com tal objeto”; concorda em que estrangeiros – como Friedrich Bouterwek, Simonde de Sismondi e Ferdinand Denis (Almeida Garrett não é mencionado) –, abordaram o assunto, mas apenas “alguma coisa disseram”, desautorizando a validade de suas observações:

basta uma vista de olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dar uma idéia a estrangeiros.⁶

Depois, retomando o tema exposto publicamente aos membros do Instituto Histórico de Paris e de modo privado a Monte Alverne, prova que seu rebento não poderia ter sido gerado antes. Como “mesquinhos e esparsos são os documentos, que sobre ela [a literatura brasileira] consultar-se podem”, a nenhum pesquisador teria sido oportunizado produzir uma história da literatura.

⁵ ZILBERMAN & MOREIRA, 1999, p. 30.

⁶ Id., *ibid.*

A ausência de material revela-se o *x* da questão: de um lado, serve para invalidar as minguadas anotações encontráveis nos estrangeiros elencados acima; de outro, bloqueia a própria iniciativa do pioneiro romântico, pois não apenas Magalhães não consegue ir além, como ele se vê obrigado a confiar em pesquisas alheias, quais sejam, as de Diogo Barbosa Machado, autor da *Biblioteca lusitana*, em quatro volumes entre 1741 e 1759, e de Januário da Cunha Barbosa, que organizou, entre 1829 e 1831, na esteira de Almeida Garrett, o *Parnaso brasileiro*, publicado em cadernos pela Tipografia Nacional, que ele mesmo dirigia. Assim, àqueles precursores considerados ilegítimos pelo escritor, somam-se mais dois, estes certamente mais bem-sucedidos que ele mesmo.

Para justificar por que nada tinha a acrescentar ao que obtiveram os dois Barbosas, o ensaísta rememora suas próprias buscas, de resultados nulos; a seguir, apela para o testemunho de Januário para explicar por que, num ensaio com a pretensão de fundar a história da literatura nacional, ele tenha tão pouco a oferecer:

Embalde por algumas delas, de que tínhamos notícia, investigamos todas as bibliotecas de Paris, de Roma, de Florença, de Pádua e de outras principais cidades de Itália, que visitamos: foi-nos preciso contentar-nos com o que pudemos obter. Acresce mais que dos nossos primeiros poetas ignoramos as épocas de seus nascimentos, que tanto apreço damos nós aos grandes homens, que nos honram, desses homens cuja herança é hoje nossa única glória. Esta dificuldade foi já reconhecida pelo ilustre editor do *Parnaso brasileiro*, cujo trabalho tão digno de louvor, assaz serviu-nos. Enfim, depois de um longo e enfadonho estudo, vimo-nos quase reduzidos sem outro guia, que o nosso próprio juízo, a lermos, e analisarmos os autores, que obter podemos, esperando que o tempo nos facilite os meios para o fim a que nos propomos. Todos esses trabalhos, e obstáculos indicamos, não com o fito de realçar o mérito deste nosso bosquejo, mas sim para poder-

mos merecer desculpa de faltas, e penúrias, que borbulhar devem de todos os lados, e outrossim para que, à vista de tal incúria e mendiguez (sic), mais zelosos sejamos em pesquisar, e conservar os monumentos de nossa glória para as raças futuras, a fim que não nos exprobem nosso desmazelo, e de bárbaros não nos acusem, como faríamos com justa causa dos nossos maiores.⁷

Tanto barulho para nada! – comentaria Shakespeare. Mas a questão é mais complexa: Magalhães está gerando uma filha muito acalentada, mas esta se mostra antes pela falta que pela presença. A história da literatura é a narração de uma imensa lacuna, que nada pode preencher, pois parece pertencer à natureza de nossas tradições a carência de uma perspectiva preservacionista, dando no que deu: um passado sem conteúdo!

A jovem que Magalhães deseja introduzir à sociedade nacional inverte o paradigma da Cinderela: em vez de deslumbrante princezinha, deparamo-nos ao final com a gata borralheira, sem madrinha e príncipe herdeiro, sendo que, em nenhum momento, aparece uma criatura salvadora que possa resgatá-la da indigência em que se encontra jogada.

A ausência de material é também o *x* do problema, porque, considerando os propósitos de Gonçalves de Magalhães, a situação não poderia ser diferente. Houvesse uma rica tradição literária, garimpada por ele após vitoriosas investidas às bibliotecas e museus da Europa, o vate romântico não teria o que fazer, e seu projeto revolucionário, de que redundam *Suspiros poéticos* e *Saudade*, não teria lugar.

Por causa disso, Magalhães trata logo de minimizar ou ridicularizar os produtos literários do passado, quando se vê na situação de ter de reconhecer sua existência. É o que se passa quando

⁷ ZILBERMAN & MOREIRA, 1999, p. 31.

formula a conhecida descrição da lírica elaborada por brasileiros do século XVIII:

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia [...]. Tão grande foi a influência, que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam, e vão apascentar seu rebanho nas margem do Tejo, e cantar à sombra das faias.⁸

Nem aqui Magalhães estava sendo original, pois os símiles de que se socorre parecem retirados de Almeida Garrett, a quem já não cita quando relembra os estrangeiros que se referiram à literatura do Brasil, talvez por repetir as observações do poeta português relativamente a Bouterwek e Sismondi, aqui transcritas:

Quem sabe que tive de encetar matéria nova, que português nenhum dela escreveu, e os dois estrangeiros Bouterwek e Sismondi incorretissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da história literária de Portugal; avaliará decerto o grande e quase indizível trabalho que me custou esse ensaio.⁹

⁸ ZILBERMAN & MOREIRA, 1999, p. 34.

⁹ GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. (1998) *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 28. Originalmente publicado em: GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. (1826) *Parnaso lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, v. I.

Da mesma maneira, o brasileiro, quando reprova a poesia do passado por falta de autenticidade, reproduz o julgamento condenatório de Almeida Garrett a propósito da obra de Tomás Antônio Gonzaga, acusado de prescindir da cor local nas líras dedicadas à Marília:

Quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, – que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, – ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!¹⁰

Em resumo, Gonçalves de Magalhães, provavelmente cheio de boas intenções, propõe-se a uma missão fadada a não dar certo:

- 1) ele não tem em quem se apoiar, dada a falta de tradição historiográfica no Brasil; os precursores são estrangeiros e carecem tanto de material abundante, que confira visibilidade ao gênero de que se utilizam, quanto de perspectiva adequada, que lhes permita avaliar o objeto literário;
- 2) ele não dispõe de material confiável, porque os precedentes não foram pesquisadores atentos; o próprio historiador, contudo, não vai mais além, calcando-se, pelo contrário, no parco que seus antecessores tiveram ao alcance;

¹⁰ ZILBERMAN & MOREIRA, 1998, p. 28.

- 3) por outro lado, não convém dispor de uma tradição respeitável, como ocorre com os demais povos que começam a narrar seu passado literário, porque o recém-convertido romântico deseja igualmente fundar a autêntica literatura nacional e espantar os fantasmas da cópia e do estrangeirismo;
- 4) mesmo sem querer, ele remete a idéias feitas, consolidadas graças à repercussão das posições adotadas por Almeida Garrett no “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, publicado, tal como o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, em Paris, só que em 1826, ano do *Resumo da história literária do Brasil*, de Ferdinand Denis, este, sim, lembrado pelo nosso poeta.

Se a dificuldade era tanta, o estudioso, pesquisador negligente, e o tema, impróprio, por que então preocupar-se em gerar a história da literatura brasileira? Nascida nessas circunstâncias, que configuração tomou ela?

A história da literatura formava, nas primeiras décadas do século XIX, um gênero em ascensão. As primeiras haviam aparecido durante o século XVIII, mas, até então, as poéticas e os dicionários de autores, de que é exemplo o de Diogo Barbosa Machado, detinham a primazia. A emergência da perspectiva histórica remonta a esse período, sendo matéria da reflexão de filósofos como Emanuel Kant e Johann Gottfried von Herder e de pesquisadores que se ocuparam da produção artística do passado, como Joachim Winckelmann e F. A. Wolf, autores respectivamente da *História da arte antiga*, de 1764, e da *Darstellung der Altertumwissenschaft*, de 1787.

A *Altertumwissenschaft* – Ciência da Antigüidade – é uma inovação proposta pela universidade alemã na passagem do século XVIII para o XIX e tem um sentido inconfundível, se comparada a preocupações equivalentes com os clássicos, ocorrida durante a Renascença. Aqui, pintores e poetas desejavam atualizar a arte antiga, que lhes fornecia o padrão de julgamento de suas criações,

pois eram confrontados àquela; por sua vez, pensadores e pesquisadores do século XVIII, como sugerem os títulos citados, a que se acrescenta a obra de Herder, *Tratado sobre a origem da linguagem*, queriam saber como se dera o começo, o aparecimento das primeiras manifestações, de que o presente, a sua época, era o resultado.

A conseqüência foi o fortalecimento de uma visão que estabelecia uma linha de tempo entre a procedência e a atualidade, conforme a qual a primeira era primitiva e pura, enquanto a segunda podia apresentar traços de corrupção e declínio, a não ser que a sociedade se empenhasse na recuperação dos traços originais, incumbência legada à produção artística. Idealizava-se a origem – ingênua, na adjetivação de Friedrich Schiller, autor de um tratado de grande repercussão nos últimos anos do século XVIII – a ser recobrada por poetas e prosadores, que assim legariam uma arte superior à primeira, de ordem sentimental, ainda conforme a aceção consagrada pelo escritor citado.¹¹

Buscar a origem, estabelecer a fundação, averigüar a trajetória entre os pólos do começo e do presente – eis as novas tarefas, assumidas pela história da literatura, que fixa o início e narra o que foi ocorrendo durante o percurso e o desenrolar do tempo. Não são outras as questões que se coloca Gonçalves de Magalhães, nas primeiras páginas de seu ensaio:

Aplicando-nos agora especialmente ao Brasil; as primeiras questões que se nos apresentam são: qual é a origem de sua literatura? Qual seu progresso, seu caráter, que fases tem tido? Quais os que a cultivaram, e as circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento? Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, daí pedindo conta à história e à tradição viva dos homens do como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual, e pesqui-

¹¹ Cf. SCHILLER, Friedrich. (1991) *Poesia ingênua e sentimental*. São Paulo: Iluminuras.

sando o espírito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro histórico da nossa literatura.¹²

Só que, no parágrafo subsequente, o autor precisa confessar:

Lugar é este de expormos as dificuldades, que na execução desta obra encontramos. Aqueles que alguns lumes de conhecimentos possuem sobre a literatura brasileira sabem que mesquinhos e esparsos são os documentos, que sobre ela consultar-se podem.

Em decorrência, Magalhães, num mesmo movimento, expõe a necessidade e seu avesso: de um lado, falta-nos uma história da literatura; de outro, falta-nos literatura. A interrogação fica implícita: que fazer? Ou não fazer?

A segunda pergunta não podia ficar sem resposta, porque ficar sem a história queria dizer: não temos origem, isto é, não temos nação. Em 1836, o Brasil já havia passado por poucas e boas: afastado Portugal do controle do Estado, expulsado o Imperador lusitano que proclamara a independência, agüentado revoltas regionais, engolido a instabilidade governamental. A possibilidade de o país ser novamente anexado à metrópole europeia ainda era temida por muitos, e até o Golpe da Maioridade, em 1839, os políticos eram substituídos a cada tentativa fracassada de conferir firmeza ao regime.

Tínhamos intranquilidade, mas, à primeira vista, dispúnhamos de uma nação, à qual provavelmente faltava o sentimento de identidade, reclamado, por exemplo, por Karl Friedrich von Martius, quando, alguns anos após a publicação do ensaio de Gonçalves de Magalhães, apresenta aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a monografia premiada “Como se deve escrever a história do Brasil”:

¹² MAGALHÃES, op. cit., p. 29.

Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. [...] Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, achase fundado o poder e grandeza do país.¹³

Reconhecido dez anos antes do poeta romântico, todavia, por um francês, Ferdinand Denis, que, no *Resumo da história literária do Brasil*, de 1826, não apenas se refere ao país enquanto uma unidade, como estabelece uma relação de causa e efeito entre essa condição e a poesia que é capaz de gerar:

O Brasil, que sentiu necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe haviam imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.¹⁴

Logo, povo existia, e a literatura capaz de expressá-lo consistia numa promessa em vias de realização, conforme Denis a seguir reitera:

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo.¹⁵

¹³ MARTIUS, op. cit.

¹⁴ DENIS, Ferdinand. (1968) *Resumo da história literária do Brasil*. Trad. e notas de Guilhermino César. Porto Alegre: Lima, p. 30.

¹⁵ Id., p. 30-1.

O jovem francês vai mais longe, fazendo um vaticínio que caiu fundo nas almas dos poetas brasileiros da geração romântica:

Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se penetrem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres.¹⁶

Embora não contestem a existência da nação brasileira, Denis, nos anos 20, e Martius, nos 40, revelam, pelo negativo, a ausência de uma narrativa – ficcional ou histórica – expressiva da identidade nascente. Magalhães reclama a ausência de documentos do passado, os dois estrangeiros apontam o caminho a percorrer no futuro; em ambos os casos, a história da literatura sai de mãos vazias. Sem história, porém, não temos nação, e tudo volta à estaca zero.

Entende-se o fracasso do projeto de Magalhães, ainda que, poucos anos depois, Joaquim Norberto, admirador do vate carioca e competente historiador da literatura, atribua ao amigo a concretização da reforma da poesia brasileira:

O Sr. Magalhães só, sem auxílio de outrem, efetuou a tão desejada reforma da poesia brasileira, lembrada há anos por Ferdinand Denis, que entusiasta do Brasil lhe profetizara uma época de esplendor e glória literária; – profecia que vai realizando-se; – época, que principia a raiar!¹⁷

O “Bosquejo da história da poesia brasileira”, de Joaquim Norberto, no qual aparece a frase acima, foi publicado em 1841, de modo que a profecia de Denis, aqui invocada propositalmente, teria tomado não mais de 15 anos para virar realidade. O que dependeu de Magalhães ter posto em prática o conselho contido na asserção

¹⁶ DENIS, op. cit., p. 32-3.

¹⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: ZILBERMAN & MOREIRA, 1998. Originalmente publicado em: NORBERTO, Joaquim. (1841) *Modulações poéticas*. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa.

do estudioso francês, a saber, ter *fitado a natureza*, ponto de partida para a realização de uma poesia livre, colocando-se à altura da independência experimentada pelas instituições.

O problema que o estimulador do Romantismo brasileiro vivenciava ao confeccionar a história da literatura brasileira era resolvido por ele mesmo, ao publicar os *Suspiros poéticos* e *Saudades*, bem como ao encenar *Antonio José*, ou *O poeta e a inquisição*, tragédia com que buscou inaugurar o teatro nacional. Por sua vez, a história da literatura encontrava em Joaquim Norberto a expressão de que precisava, pois esse, ao contrário de seu ídolo literário, não renegou a contribuição dos estrangeiros; pelo contrário, assimilou de cada um deles o que melhor lhe convinha com o fito de dispor de uma armadura teórica e cronológica capaz de explicar o que acontecera:

- a) de Ferdinand Denis extraíu a perspectiva profética, que alocará no presente ou em futuro próximo as principais conquistas da poesia e do teatro; assim, o que era expectativa no primeiro transforma-se em realização no segundo, só que esta ainda se mostra *in progress*, não tendo se efetivado completamente. A reforma da poesia, por exemplo, é anunciada pela obra de Gonçalves de Magalhães, conforme as palavras retiradas do “Bosquejo da história da poesia brasileira”; mas ainda há muito para fazer, conforme proclama o parágrafo final do mesmo estudo:

O porvir! – Eis a esperança do Brasil! – Eis a época que vislumbra com brilho e majestade através de seu véu! – Que esse porvir se converta em esplêndido presente! – Que essa esperança não seja sempre sonho mas realidade! – Que essa época venha de raiar e que em bem nos fade o céu! Tais são os votos que nós cheios de esperança no futuro da pátria, com o coração palpitante pelo amor de glória, com a mente repleta dos mais patrióticos pensamentos, e encendido de entusiasmo por tudo quanto é belo, útil, grande, sublime, santo

é justo, fazemos ao terminar esta mal esboçada história da poesia brasileira.¹⁸

Logo, Joaquim Norberto não fica longe de Ferdinand Denis, atirando para o futuro o cumprimento integral de suas aspirações e expectativas.

- b) Em Almeida Garrett, Joaquim Norberto encontra a grade cronológica que lhe permite dividir a produção do passado em épocas, desde as mais remotas até o período contemporâneo; Garrett também inspira alguns de seus julgamentos, como os que, no “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, expressa sobre a poesia de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão, adotados às vezes literalmente pelo crítico fluminense.¹⁹

Nascia, enfim, a história da literatura brasileira tal como a conhecemos, pois, daí para frente, ela desenvolveu traços de sua personalidade, em que se encontram, de um lado, características próprias ao gênero, de outro, peculiaridades advindas da condição assumida no Brasil;

- a) do gênero, ela carrega a preocupação em estabelecer as origens e o desenvolvimento cronológico, a forma narrativa e a perspectiva auto-suficiente (ou autocentrada), conforme a qual só lhe interessa o que se passa no país cuja trajetória é acompanhada; por isso, a literatura a que ela se refere é isolada pelo adjetivo gentílico a que se associa, sendo as demais identificadas pelo mesmo processo, vale dizer, desde a localização geográfica de autores e obras;

¹⁸ ZILBERMAN & MOREIRA, 1998, p. 141.

¹⁹ A respeito, cf. ZILBERMAN, Regina. De sabiás e rouxinóis: o diálogo Brasil-Portugal na nascente historiografia da literatura brasileira. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, Dartmouth, University of Massachusetts, Center for Portuguese Studies and Culture, 1, p. 33-54, fall 1998.

- b) dadas as condições brasileiras, a busca das origens se tornou praticamente uma demanda de ordem mítica, já que a pergunta pelo início parece fazer parte da maioria das histórias da literatura elaboradas no país; os românticos fizeram com que o início regredisse até o século XVII, pois conseguiram recuperar textos de autores daquela época. Mas nunca deixaram de pensar que mesmo os índios tinham produzido poesia, o que outorgaria completa autonomia à literatura do Brasil. Com efeito, a existência de uma arte literária pré-colombiana liberaria a tradição nacional da nefasta influência européia, em particular, portuguesa, contrariando o diagnóstico, já citado, de Gonçalves de Magalhães no seu ensaio. Que, nas páginas finais, expõe o que representaria a descoberta do material elaborado pelas populações autóctones residentes na América antes da chegada dos colonizadores:

Que precioso monumento não fora para nós desses povos incultos, que quase têm desaparecido da superfície da terra, sendo tão amigos da liberdade, e da independência, que com preferência ao cativo em cardumes caíam debaixo das espadas dos portugueses, que embalde tentavam submetê-los a seu jugo tirânico. Talvez tivessem elas de influir sobre a atual poesia brasilica, como os cânticos do Bardo da Escócia sobre a poesia influíram do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do Cristianismo, em toda a Europa dominam.²⁰

A preocupação dos românticos pode parecer, à primeira vista, singela; mas não contradiz polêmicas atuais sobre o genuíno começo da literatura nacional, situada por alguns no Barroco, conforme advogam Afrânio Coutinho e Haroldo de Campos, por outros no Arcadismo, a se seguir a proposta de Antonio Candido, ou até

²⁰ MAGALHÃES, op. cit., p. 38-9.

no Modernismo das primeiras décadas do século XX, como provocam os inflamados manifestos revolucionários de Oswald de Andrade.

- c) Dadas as peculiaridades brasileiras, a história da literatura conferiu peso específico ao *nacional*. Não basta narrar a trajetória do que pertence à literatura brasileira: de um lado, cabe verificar se a pertença é legítima, já que os autores do período colonial podem ser integrados tanto à nossa literatura, quanto à portuguesa, como faz, por exemplo, Almeida Garrett, no “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”; de outro, é preciso medir o grau de nativismo que apresentam as obras escritas e publicadas no país, ainda quando lidas tão-somente por sua população.

Ambas as tônicas podem ser resumidas a uma só questão, presente desde a redação, por Gonçalves de Magalhães, de seu ensaio seminal e cuja resposta faculta a narração do percurso cronológico: onde está a literatura brasileira? Localizada a personagem, temos uma história, que, comprovada, garante a nacionalidade do país a que ela se refere.

À história da literatura emanada dos intelectuais românticos brasileiros, encarnados aqui em primeiro plano por Gonçalves de Magalhães e, secundariamente, por Joaquim Norberto, era destinada uma tarefa árdua: apresentava-se no papel de penhor da existência da literatura nacional e, por força do adjetivo, da nacionalidade ela mesma. O gênero, contudo, só com muita dificuldade dava conta da incumbência, de modo que passou a traduzir simultaneamente:

- a aspiração principal da geração romântica e de todas aquelas que apostam no nativismo e na representação das particularidades locais como fiadores da nação;
- as contradições da nossa sociedade, que almeja outorgar visibilidade à autonomia nacional, por meio de figuras

representativas, mas que fracassa, não por incompetência no processo de formulação desses ícones, e sim porque a independência pretendida é antes imaginária que real.

A história da literatura, portanto, até pode ser acusada de instrumento das elites, o que se desdobra em outras condenações, entre as quais se incluem as várias exclusões que conhecemos – a das vozes das mulheres, índios, negros, imigrantes, crianças. Entretanto, poucos gêneros como ela manifestam de modo tão sintomático as contradições de seu tempo e dos atores que as vivenciaram, sejam eles pouco maliciosos, românticos ou experimentados teóricos contemporâneos. Por isso, suas marcas principais acompanham-na ao longo do tempo, uma das quais não tão evidente, mas nem por isso menos digna de consideração – a profética.

O vaticínio pode tomar pelo menos duas configurações: no “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, Almeida Garrett, após lamentar o mau estado da literatura de seu tempo, manifesta a aspiração de que, em breve, mudanças significativas advirão, provocando a alteração do panorama:

A literatura portuguesa não mostra presentemente grandes sintomas de vigor: mas há muita força latente sob essa aparência; o menor sopro animador que da administração lhe venha, ateará muitos luzeiros com que de novo brilhe e se engrandeça.²¹

Com essas meias palavras, Garrett deixa a critério do bom entendedor decidir se ele está se referindo ou não a si mesmo, pois o ensaio foi escrito simultaneamente à publicação dos dois poemas, “Camões” e “Dona Branca”, que comemoram o lançamento da estética romântica em Portugal. Machado de Assis não age de modo muito diferente, quando, no “Instinto de nacionalidade”, após proceder à revisão da literatura de seu tempo e manifestar seu descon-

²¹ GARRETT, op. cit., p. 72.

forto ante a perspectiva localista que parece dominar entre seus contemporâneos, culmina no anúncio do que está por vir, a saber, o escritor capaz de apresentar outro posicionamento, mais adequado e capaz de, ao reverter o paradigma vigente, aperfeiçoar o momento literário. Pois quem senão a ele mesmo se aplica a principal exigência exposta no ensaio citado?

O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.²²

Há, porém, uma segunda maneira, não tão discreta, representada pela euforia, já citada, de Ferdinand Denis e acompanhada por Joaquim Norberto. Nestes casos, fica mais evidente que se trata da elaboração de uma história da literatura que olha para frente, e não para trás: ao contrário de Eurídice e da esposa de Lot, mostra-se prospectiva, e não retrospectiva, tendo, com isso, meios de prosperar.

O efeito ainda é mais paradoxal, se se pensa que, ao renegar o mito da origem, igualmente adotado pelos românticos, mas não tão importante como este de que se fala agora, os historiadores, em certo sentido, incorporam outra narrativa lendária: a de Esaú e Jacó, segundo a qual a primogenitura é transferida aos caçulas, pois são os escritores mais novos ou mais recentes que se mostram mais bem-sucedidos no processo de concretização dos ideais estéticos e ideológicos.

Esta tática é própria a manifestos, quando os proponentes de um projeto revolucionário explicitam seus propósitos. No Brasil, ela migra freqüentemente para as histórias da literatura, que acumulam um encargo adicional, o de destacar o presente enquanto

²² Assis, Machado de. *Literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*. In: _____. (1959) *Crítica literária*. São Paulo: Mérito, p. 135.

uma época superior, porque corresponde ao tempo em que certas concepções estão em vias de se realizar.

Essa circunstância talvez explique por que a história da literatura, desde o Romantismo, predomina nos estudos literários desenvolvidos no Brasil, sendo sinal disso sua presença no ensino de segundo e terceiro graus, em escolas e universidades do país. Esclarecendo, para seus usuários, que nação ambicionam construir e prometendo que, caso isso ainda não tenha acontecido, em breve teremos notícias alvissareiras, o gênero assegura sua longevidade, sem precisar alterar sua natureza.

Assim, falar das possibilidades da história da literatura no limiar do novo século significa, de um lado, verificar suas possibilidades de duração, de outro, que questões do presente ela encampa e como as resolve. A resposta a esses últimos tópicos afiança a solução do primeiro.

2. História literária sem fronteiras

Quando a história da literatura faz com competência e correção seu dever de casa, ela consagra autores e faculta a permanência deles no tempo. Os escolhidos passam a constituir o cânone, cuja adoção, contudo, revela seguidamente natureza contraditória: em princípio, canônicos são os artistas do passado reverenciados no presente; mas a atualidade só valoriza o que coincide com seus interesses, esquecendo ou rejeitando os que fogem a padrões desejados pelos consumidores de produtos literários.

Por causa disso, eleitos do passado podem perder a vez, problema de que Gonçalves de Magalhães foi objeto: preferido dos primeiros românticos, foi sendo paulatinamente afastado das histórias da literatura, e só não desapareceu por completo porque a periodização ainda carece das datas de suas obras para marcar um

começo, no caso, o da superação da estética neoclássica, com a adesão às idéias e processos em voga na Europa, sobretudo na França. Por outro lado, eleitos do passado podem continuar na lista, mas isso não significa necessariamente que estejam sendo lidos ou apreciados. Românticos mais bem-sucedidos como José de Alencar, que suplantou Magalhães, e Joaquim Manuel de Macedo resistiram por algum tempo na condição de prediletos das mocinhas sentimentais; depois disso, apenas as relações de leituras obrigatórias para o vestibular afluam a sobrevivência desses escritores. No lugar deles, apareceram outros vultos, ignorados a seu tempo, como *Corpo Santo* e *Sousândrade*, mas que provocaram a atenção por corresponderem às aspirações de experimentalismo postas em circulação com a consolidação do Modernismo no Brasil.

A continuidade da história da literatura decorre de sua habilidade em lidar com as duas facetas do cânone, moeda em que a cara e a coroa são representadas pelo par inclusão/exclusão.

Contemporaneamente, a história da literatura quer reparar erros do passado. Seguindo os passos da ideologia política pós-colonial, conforme a qual se reconhecem os direitos dos reprimidos de antes – tenham sido eles camadas sociais, etnias ou gêneros até então ignorados –, os estudos literários pesquisam o que faltou: há uma história da literatura de negros, imigrantes, índios, mulheres, pobres, crianças, esquerdistas, guerrilheiros, habitantes de ex-colônias na África e na Ásia. Mesmo quando se abordam expoentes do cânone de certo período ou da atualidade, averigüa-se em que medida esses autores escaparam às contingências de seu tempo: cabe verificar então a negritude de Machado de Assis ou o judaísmo de Clarice Lispector. O fato de pertencerem ao cânone não impede que tenham exposto fraturas – de sua condição pessoal, enquanto sujeitos, e do mundo ou sociedade a que pertenciam. Graças a essa habilidade, assegura-se a vaga deles na história da literatura; os que não tiveram meios de expressar tais questões convertem-se nos excluídos de hoje.

Eis por que se trata de uma mesma moeda, com a particularidade de a cara poder virar coroa, e vice-versa. Direito e avesso são intercambiáveis, sem comprometer a durabilidade do gênero.

Cabe, entretanto, perguntar pelo que continua sendo excluído, pois, no esforço agregador, a história da literatura busca englobar tudo que couber. Abre espaço para as manifestações da cultura popular, como a poesia de cordel, e o *best seller*, cuja assimilação, contudo, evidencia-se bem mais lenta e bastante polêmica, haja vista a reação pouco confortável com que se constata constituir Paulo Coelho nosso escritor mais lido e conhecido no país e no exterior, alvo de prêmios internacionais até agora não conferidos a prestigiados autores nascidos aqui.

No entanto, ela põe de lado pelo menos:

- a) a literatura que não pode ser chamada de brasileira. Como o modelo escolhido para nossa história da literatura é aquele que define seu objeto desde sua nacionalidade, as manifestações estrangeiras ficam ausentes. A literatura comparada tenta reparar essa falta, mas raramente evita algum tipo de recorte geográfico. Além disso, os autores de fora – mesmo que usuários da mesma língua, como portugueses, angolanos ou moçambicanos, entre outros, ou ocupantes do mesmo espaço americano – são percebidos como forasteiros, privados de seus relações com o contexto nacional e colocados na posição de alienígenas aptos a propor analogias ou correspondências com os nativos.
- b) As manifestações oriundas dos meios de comunicação de massa, em especial as que apresentam paralelos com a literatura, a saber, a novela. Gênero que incorporou as marcas peculiares ao folhetim do século XIX – a entrega diária, a vinculação com os órgãos da imprensa, o tom melodramático, a improvisação narrativa –, somadas a conquistas tecnológicas do século XX – som e imagem sendo as mais notáveis –, parece consistir na

mais importante contribuição brasileira à cultura. Outros aspectos podem ser destacados:

- 1) a popularidade dos autores das narrativas, provavelmente mais conhecidos que os chamados canônicos. Essa popularidade se estende àqueles que, tendo se dedicado ao romance e ao conto, foram objeto de adaptação para a televisão (a exemplo de João Ubaldo Ribeiro, cujo livro *O sorriso do lagarto* recebeu particular divulgação em virtude de sua transformação em seriado), bem como àqueles que se associaram, em dado momento de sua carreira artística, a esse meio, a maneira de Dias Gomes, dramaturgo realista nos anos 60 e autor de notáveis alegorias políticas difundidas pela TV, a saber, *O bem amado*, nos anos 70, e *Roque Santeiro*, nos anos 80;
- 2) a proposta de discussão de temas candentes da vida brasileira. Nos anos 70 do século XX, a repressão policial e o divórcio, nos anos 80, a corrupção e as eleições presidenciais, nos anos 90, o movimento dos sem-terra e o homossexualismo compõem alguns dos tópicos que se pode citar. Esses assuntos foram matéria da ficção brasileira e apareceram em obras publicadas antes dessas datas; mas a migração deles para um meio de fácil acesso como a televisão concedeu-lhes maior visibilidade, facilitando o necessário diálogo social.

Porque alcança o público consumidor com mais rapidez e competência, os meios de comunicação de massa, por intermédio dos folhetins que são as novelas seriadas, impõem uma política cultural e literária. Determinam os temas que interessam – a imigração, por exemplo, no ano em que se comemoraram os quinhentos anos do começo da colonização europeia no Brasil; e elegem os autores que podem manifestá-los, remunerando-os bem, de modo a impedir a transferência deles para veículos concorrentes, associados ou não ao universo das artes e letras.

Trata-se, pois, da construção de um segundo cânone, mais eficiente que o primeiro e que se desenvolve à sua sombra, já que excluído e indesejado. Estabelece, tal como sonhou a literatura brasileira ao longo de sua trajetória de quase duzentos anos, uma imagem para o país, alcançando a representação da nacionalidade a ser consumida por seus próprios usuários. Assim, desempenha o papel da literatura – enquanto define ações e comportamentos conforme os quais as pessoas se reconhecem – e o da história da literatura, por transformar a prática em norma e reproduzi-la ao longo do tempo.

O excluído substitui o padrão, sendo este então relegado à margem. Também aqui se repete o jogo de cara e coroa, mas, agora, a história da literatura, apesar de sua origem aristocrática, passado ilustre e tradição incontestável, pende para o lado perdedor. A não ser que, em decorrência de sua capacidade agregadora, ela o inclua, situando e interpretando os novos modelos de manifestação literária, menos afeitos ao acadêmico e mais comprometidos com o público.

Para tanto, a jovem fecundada em requintados ambientes franceses e acostumada a ambientes refinados talvez tenha de se vulgarizar, aceitando, ao lidar com os objetos de suas investigações, critérios materialistas e pragmáticos. Pode começar por examinar o processo de elaboração e circulação dos textos, independentemente de suas pretensões artísticas, invertendo o procedimento com que as histórias da literatura são construídas. Que partem de um pressuposto: seu objeto é a literatura, isto é, a produção de preferência escrita que se presume arte.

Logo, uma exclusão é exercida de imediato: recusa-se, sem qualquer hesitação, o que não corresponde a essa categoria. Simultaneamente, elimina-se a pergunta indiscreta: quem discrimina o literário? Este se apresenta na condição de autoridade incontestável, que divide o Mar Vermelho, facultando a passagem dos

escolhidos – autores e textos. Uma vez selecionados os preferidos, novas questões, tanto mais inconvenientes, igualmente submergem no esquecimento: como foram eles elaborados? A que(m) servem? Que sujeitos colaboraram na sua produção, já que textos se convertem em livros, fitas magnéticas, vídeos ou similares, todos eles mercadorias colocadas à venda num regime marcado pela economia capitalista?

Fosse outro o ponto de partida, talvez as histórias da literatura se mostrassem menos exclusivas. Se se detivessem na investigação no processo histórico de fabrico, difusão e comercialização das criações que se manifestam por meio da palavra, chegariam à compreensão do funcionamento do sistema como um todo, que requer obras, de um lado, que escolhem o circuito restrito e qualificado da arte literária, alinhando-se a programas estéticos, de outro, que tendem para o quantitativo e despersonalizado, próprios aos meios de comunicação de massa.

As condições que participam do aparecimento do objeto incidem na definição e classificação de sua natureza, artística ou não. Esta constitui, pois, consequência, e não causa, além de se revelar facultativa, e não compulsória. Obrigatórias são as circunstâncias materiais – de ordem econômica e tecnológica – que sempre e sem exceção se apresentam, de modo que podem compor o lugar comum de onde parte e para onde chega a história da literatura. Nesse caso, depõem-se os preconceitos, pois se descarta a delimitação prévia do que é ou não literário, podendo ou não pertencer à história da literatura por consistir modalidade de cânone; e as exclusões evitadas, a não ser as que provenham dos recortes determinados pela natureza científica da pesquisa, como os de ordem cronológica, temática, formal.

A prática historiográfica vem sendo a atividade mais consistente e duradoura dos estudos literários desenvolvidos no Brasil. Experimentando um limiar, derivado, de um lado, do esgotamento

de modelos transportados do século XIX e, de outro, do esforço de alargar suas fronteiras, ela depende de uma última opção – a de lidar com a literatura enquanto materialidade, escolha capaz de ajudá-la a compreender os acontecimentos, em vez de procurar submetê-los a projetos bem-intencionados, mas não necessariamente partilhados por todos, produtores e usuários.

ABSTRACT: *The History of Brazilian Literature, since Romanticism to nowadays, aspires to warrant the nationality of the literature of our country. The exhaustion of this paradigm and the proposition of a new agenda suppose the possibility of thinking the History of Literature since the materiality of the literary work.*

KEYWORDS: *History of literature; Romanticism; national character; materiality.*